



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE PATOS DE MINAS

2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas

Avenida Padre Almir Neves de Medeiros, 1600, Guanabara, PATOS DE MINAS - MG - CEP: 38701-195

PROCESSO Nº 5004671-32.2018.8.13.0480

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [Edital]

AUTOR: CONSERBRAS MULTI SERVICOS LTDA

RÉU: CND

Vistos, etc.

Trata-se de uma **AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA** ajuizada pelo **CONSERBRAS MULTI SERVIÇOS LTDA** em face de **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS** em que o Requerente pretende seja o Processo Licitatório nº 122/2018 suspenso, por ter desclassificado a Requerente de forma abusiva e contrária aos termos do edital do Pregão Presencial nº 29/2018.

É o relatório, decidido.

Inicialmente, cumpre destacar que para se deferir uma Tutela de Urgência é necessário restar comprovados os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil/15, quais sejam: a probabilidade de direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Compulsando os autos, verifico que a probabilidade de direito se encontra presente tendo em vista que, aparentemente, não há no Edital em debate a desclassificação de uma empresa pelos motivos que fundamentaram a decisão administrativa.

Ademais, verifica-se que o perigo de dano se encontra também presente, uma vez que as propostas serão abertas no dia 18 de setembro de 2018, o que inviabilizaria a essência da Licitação causando prejuízos a todos os envolvidos.

ANTE AO EXPOSTO, DEFIRO o pedido de **Tutela de Urgência** uma vez que restaram evidenciados em um juízo sumário de cognição os elementos autorizadores do art. 300 do CPC/15, de sorte que determino a imediata suspensão do Processo Licitatório nº 122/2018, até nova análise desse magistrado em momento posterior à contestação do ente municipal, ocasião em que será estabelecido o contraditório, promovendo uma melhor análise do pedido formulado.



Expeça-se, com urgência, o competente mandado para o imediato cumprimento da decisão judicial ao Prefeito Municipal.

Ante a impossibilidade de autocomposição, cite-se a parte ré para oferecer contestação, no prazo legal, expedindo-se para isso, a competente carta precatória, bem como cientificando-a sobre a revelia e seus efeitos.

Apresentada a contestação, dê-se vista à parte autora para impugnação.

Intime-se.

Patos de Minas, 17 de setembro de 2018.

Marcus Caminhas Fasciani

Juiz de Direito

